



**Santander Pensões, SOCIEDADE  
GESTORA DE FUNDOS DE  
PENSÕES, SA.**

**Relatório e Contas  
Ano 2014**

**Fundo de Pensões Aberto  
Reforma Empresas**



## Índice

|   |    |
|---|----|
| I – Relatório de gestão .....   | 3  |
| II - Demonstrações Financeiras .....  | 10 |
| 1. Demonstração da Posição Financeira.....  | 10 |
| 2. Demonstração de Resultados.....  | 11 |
| 3. Demonstração de Fluxos de Caixa .....  | 12 |
| III - Anexo à Demonstração da posição financeira e Demonstração de resultados .....     | 13 |
| 1. Identificação do Fundo, Associado(s), Adesões Colectivas e Entidade(s) Gestora(s) .  | 13 |
| 2. Alterações ocorridas em 2014 .....   | 13 |
| 3. Políticas Contabilísticas utilizadas na preparação das Demonstrações Financeiras ... | 14 |
| 4. Regime Fiscal.....   | 16 |
| 5. Inventário dos Investimentos .....   | 16 |
| 6. Riscos associados à carteira de investimentos .....                                  | 17 |
| 7. Acréscimos e diferimentos.....   | 20 |
| 8. Rendimentos - Gastos e Ganhos - Perdas.....  | 20 |
| 9. Comissões .....  | 21 |
| 10. Contribuições .....   | 21 |
| 11. Benefícios Pagos.....   | 21 |
| IV - Certificação Legal das Contas.....   | 23 |



## I – Relatório de gestão

### Relatório de gestão do Fundo Pensões Aberto Reforma Empresas

#### Enquadramento Macroeconómico

##### **Economia Internacional**

A dinâmica de crescimento económico no ano de 2014 ficou caracterizada por uma elevada volatilidade e heterogeneidade entre regiões, mas com uma tendência mais clara de abrandamento, no final do semestre, em especial na zona euro e nos mercados emergentes. Por outro lado, a economia dos Estados Unidos registou uma tendência de recuperação económica ao longo do ano em análise.

Ao longo do ano, o FMI reviu em baixa as projecções de crescimento para o ano de 2014. Em Junho reduziu a perspectiva de crescimento para o ano de 2014, em 0,3pp, para 3,7%, uma alteração explicada, em grande medida, pelas despectivas dos mercados emergentes, por outro. Em Outubro, o FMI voltou a evidenciar as fracas perspectivas de crescimento para a zona euro, e, por outro lado acompanhadas com um nível de inflação baixa. O FMI mantém, contudo, as projecções para 2015, de um crescimento de 4%, baseado numa aceleração de todas as regiões da economia mundial. Contudo, os riscos estão enviesados em baixa, devido também ao risco geopolítico em algumas regiões do globo, sendo que de relevo para a Europa está o conflito na Ucrânia.

A economia dos Estados Unidos registou uma maior desaceleração do crescimento no início do ano, já que o PIB contraiu inesperadamente no primeiro trimestre, muito afectado por condições climatéricas adversas, que afectaram não só o investimento, através da actividade no sector de construção, como também a despesa de consumo das famílias. Este efeito foi já revertido no segundo trimestre, com uma reaceleração do PIB, que o FMI considera abrir perspectivas favoráveis para o ano de 2015. O ano de 2014 deverá ficar marcado por um crescimento do PIB de cerca de 2.2%.

Contudo, o mercado laboral continuou bastante dinâmico, com uma criação média mensal de 230 mil postos de trabalho desde o início do ano, o que permitiu uma mais rápida descida da taxa de desemprego, para 5,6% em Dezembro.

Fruto desta evolução, a Reserva Federal dos EUA continuou a reduzir gradualmente o volume de aquisição de activos financeiros (“*tapering*”) para um ritmo mensal de 25 mil milhões de dólares. Permanece ainda o debate interno quanto ao momento do início do ciclo de subida das taxas de juro de referência, que os investidores antecipam poder ocorrer no segundo semestre de 2015, mas que avaliam igualmente, fruto das declarações dos responsáveis norte-americanos, ser implementado de forma gradual, com as principais taxas de juro de referência a permanecerem em níveis mínimos.

A discussão sobre o início deste processo de “*tapering*” e a sua execução teve um impacto relevante sobre os mercados emergentes, que tinham beneficiado, nos últimos anos, da liquidez gerada pela intervenção dos bancos centrais. Assistiu-se a uma saída massiva de fundos destes mercados, causando perturbações cambiais e obrigando a intervenções, pelas autoridades, incluindo subidas das taxas de juro de referência. África do Sul, Turquia e mesmo o Brasil, já este ano, adoptaram medidas, como a subida acentuada das taxas de juro de referência, para travar a depreciação cambial que as suas divisas estavam a registar.



Em resultado, uma parte significativa destes fundos foram canalizados para a Europa, contribuindo, juntamente com dados económicos favoráveis (no início do ano), para uma valorização dos mercados accionistas e uma descida das taxas de juro de médio e longo prazo.

Na zona euro, o primeiro semestre iniciou-se com um maior dinamismo face ao esperado, com a generalidade dos indicadores de actividade a revelarem, de forma generalizada, uma aceleração da actividade e subsequente revisão em alta das perspectivas de crescimento. Contudo, durante o segundo semestre, a situação reverteu-se e em alguns países houve mesmo uma contracção do PIB, aumentando a heterogeneidade dos ritmos de crescimento entre os membros da zona euro, em especial entre a Alemanha e demais países. Em 2014, a Zona Euro deverá ter crescido 0,8%.

Este quadro de crescimento abaixo do potencial, mas em especial de uma maior desaceleração da inflação que, em Dezembro, se situou em -0,2%, levou o Banco Central Europeu, ao longo do ano de 2014, a descer as principais taxas de juro de referência e a anunciar um conjunto alargado de medidas destinado a relançar o crédito bancário e, por esta via, apoiar o crescimento económico e uma reaceleração da inflação.

A taxa das operações de refinanciamento baixou para o mínimo histórico de 0,05% (uma redução de 20pb), enquanto a taxa da facilidade de depósito junto do BCE passou a ser negativa. Com esta medida, o BCE procurará que o sector financeiro reduza o volume de depósitos que detém junto do BCE (mas que já se reduziu significativamente desde os máximos de 2012) e os canalize para a economia real. Em simultâneo, o BCE anunciou que manterá a cedência ilimitada de liquidez até ao final de 2016.

Os mercados accionistas registaram máximos históricos, durante o primeiro semestre, em especial nos EUA, mas também na Europa, fruto de resultados positivos e de um sentimento generalizado de optimismo e menor aversão ao risco. Já no final do semestre, a aversão ao risco regressou, resultando numa correcção em baixa dos principais índices, sendo que em Portugal o PSI20 foi especialmente afectado pelos eventos relativos ao Banco Espírito Santo. No segundo semestre do ano, os mercados accionistas continuaram a registar uma elevada volatilidade, tendo encerrado o ano com valorizações significativas nos mercados dos Estados Unidos e performances menos expressivas no mercado Europeus.

As yields de longo prazo corrigiram dos máximos verificados no início do ano, reagindo a dados económicos menos favoráveis, conhecidos durante o segundo trimestre, e posteriormente influenciados por um movimento de fuga para a qualidade, no quadro de desinvestimento em mercados accionistas. Este efeito foi mais visível na Europa, com as yields alemãs a retrocederem para mínimos.

### **Economia Portuguesa**

No final do primeiro semestre, Portugal concluiu o Programa de Ajustamento Económico e Financeiro (PAEF) acordado com as instituições internacionais em Abril de 2011, no âmbito do qual recebeu um montante de financiamento de cerca de 76 mil milhões de euros.

Portugal prescindiu da última tranche de financiamento, de cerca de três mil milhões de euros, devido à decisão de inconstitucionalidade, pelo Tribunal Constitucional, das novas regras de cortes salariais (que alargavam os cortes a salários a partir de 650 euros mensais). Para concluir a 12ª avaliação e receber a tranche final, Portugal teria de estender o prazo do programa e adoptar, num reduzido período de tempo, as medidas compensatórias.

Durante os primeiros oito meses do ano, o Tesouro manteve o acesso aos mercados financeiros internacionais, com várias emissões de dívida de médio e longo prazo, a 5 e 10 anos, as quais foram realizadas com forte procura e com taxas de juro progressivamente mais baixas. Em Junho, o Tesouro emitiu a 10 anos, à yield de 3,25% (que compara com uma emissão a 5,11% em Fevereiro). Em Julho, e pela primeira desde 2010, o Tesouro realizou



uma emissão em dólares norte-americanos, à taxa de 5,23%. Ao longo do resto do ano, foram efetuadas novas emissões com yields cada vez mais baixas refletindo a menor aversão ao risco dos investidos à dívida pública Portuguesa.

A conjuntura económica durante o primeiro semestre caracterizou-se por um crescimento mais moderado do que o verificado no final de 2013, e que foi marcado por factores pontuais, como seja o encerramento temporário da refinaria de Sines, para manutenção, o que se materializou também na redução das exportações de produtos energéticos, e consequente impacto sobre o crescimento. No primeiro trimestre de 2014, o PIB contraiu 0,6% em cadeia, devido em grande medida a este factor, mas terá já recuperado no segundo trimestre, após o reinício de laboração da refinaria.

Ao longo do resto do ano de 2014, os indicadores de procura interna continuam a sinalizar uma recuperação moderada da actividade. O consumo privado tem vindo a expandir moderadamente, à medida que as famílias começam a repor os níveis de despesa que tinham cortado durante os anos de 2011 e 2012. A descida do desemprego, que caiu para 13,5% no final do ano, recuperando os níveis de 2011, fruto de uma criação de emprego, contribuiu para a melhoria da confiança dos consumidores.

O ano de 2014 deverá ter registado um crescimento do PIB de 0.7%.

O investimento continuou a recuperar, apesar de ter havido a antecipação de alguns projectos para 2013, fruto de um incentivo fiscal à despesa de capital. No entanto, o inquérito ao investimento, realizado pelo INE e publicado em Julho, evidencia maiores intenções de investimento no corrente ano (+2,4%, face à anterior estimativa de +1,1%).

Esta melhoria está patente, em parte, nas dinâmicas de nova produção de crédito a empresas. Apesar de os volumes serem ainda historicamente baixos, nos meses de Abril e Maio registaram um crescimento homólogo de cerca de 5%. Também o inquérito às condições no mercado de crédito, publicado pelo Banco de Portugal, sinaliza uma moderação nas condições de concessão de crédito pelos bancos, assim como um aumento da procura por parte das empresas.

No entanto, o crédito total às empresas continua a reduzir-se, reflectindo, por um lado, a desalavancagem em curso na economia, e, por outro lado, factores específicos, como a assunção do financiamento de algumas empresas pelo Estado Português.

A contracção das exportações, associada à paragem técnica da refinaria de Sines, teve impactos sobre a balança comercial, que anulou o saldo excedentário que tinha alcançado no ano transacto, ficando uma melhoria dependente da recuperação das exportações.

A execução orçamental ao longo do ano de 2014, na óptica da contabilidade pública (caixa), evidenciou uma melhoria face ao ano anterior, fruto de um maior crescimento económico e também de um maior crescimento da receita, em especial de IRS e IVA.

A notação de risco da República foi revisto em alta pela agência *Moodys*, para Ba1 (um nível abaixo do nível de *investment grade*), com *outlook* estável. As demais agências mantiveram o *rating*, mas reviram o *outlook* para estável.

### **Política de investimento**

A carteira de valores do Fundo será constituída em obediência a critérios de segurança, rentabilidade e liquidez e dela farão parte um conjunto diversificado de aplicações, designadamente, acções, obrigações diversas, outros instrumentos representativos de dívida, participações em instituições de investimento colectivo, depósitos bancários, outros activos de



natureza monetária e terrenos e edifícios inscritos no registo predial como integrantes do Fundo.

A política de investimento do Fundo será orientada por critérios de diversificação de risco e rentabilidade, podendo a Sociedade Gestora optar por uma política mais ou menos conservadora, aumentando ou diminuindo a exposição a acções ou a obrigações, de acordo com as suas expectativas sobre a evolução dos mercados.

Em regra, as aplicações do fundo serão realizadas com maior incidência em obrigações, tendo a Sociedade Gestora como objectivo seleccionar os emitentes de acordo com certos padrões de risco.

No máximo 50% do valor do Fundo poderá ser aplicado em acções, Fundos de Acções, Futuros, nomeadamente sobre acções ou índices de acções e warrants autónomos, muito embora, em média, o investimento nestes activos se situe nos 20%.

De forma acessória, o Fundo investirá em meios líquidos, como numerário e depósitos até ao limite de 15%.

O Fundo investirá essencialmente em activos denominados em Euros, sendo que as aplicações expressas em outras moedas não poderão representar mais de 20%.

No final do período em análise, e tal como definido na sua política de investimento, o Fundo de Pensões Aberto Reforma Empresa apresentava cerca de dois terços da sua carteira na componente obrigacionista constituída por obrigações de taxa variável e de taxa fixa (aproximadamente 59.6% da carteira). A componente de maior risco (classe accionista com exposição ao mercado europeu e norte-americano) representava, indicativamente, cerca de 25.91% da carteira. Com o objectivo de diversificação, o Fundo em análise detinha no final de 2014, 6.31% de exposição ao mercado imobiliário.

### **Benchmark**

Na gestão do Fundo, a Sociedade Gestora não utilizou nenhum parâmetro de referência, conforme definido no Regulamento de Gestão do Fundo.

### **Evolução dos riscos materiais a que o Fundo se encontra exposto**

- Risco de Rendimento:
  - O Fundo não apresenta garantia de rendibilidade;
  - O fundo está sujeito ao risco associado aos activos que integram a sua carteira, variando o seu valor em função desse facto. O Fundo está sujeito, na sua componente obrigacionista, ao risco de taxa de juro de curto e de longo prazo. Adicionalmente o fundo está sujeito ao risco de crédito e financeiro.
- Risco de Crédito
  - Como risco de crédito entende-se a capacidade financeira dos emitentes das obrigações que integram o património do Fundo para satisfazer os compromissos financeiros daí decorrentes.
- Risco de Taxa de Juro:



- Os preços das obrigações que integram a carteira do fundo variam em sentido contrário ao da variação das taxas de juro. Desta forma, caso se verifique uma subida das taxas de juro, os preços das obrigações detidas pelo fundo sofrerão uma desvalorização e o valor do Fundo registará uma diminuição, tendo no entanto um efeito positivo na remuneração do reinvestimento do cupão. Inversamente, uma descida das taxas de juro determinará uma valorização das obrigações e consequentemente do Fundo.
- Risco Financeiro
  - Como risco financeiro entende-se: risco de variação de preços dos activos que compõem a carteira; risco de variação das taxas de juro de curto prazo ou de longo prazo que se traduz em risco de reinvestimento dos fundos em cada momento aplicados; risco de flutuações cambiais, que se traduz em alterações no valor das posições em moeda estrangeira, quando convertidas em euros.
- Risco Liquidez
  - Entenda-se como liquidez não o nível de cash que os fundos devem ter, mas sim a capacidade do Fundo em vender os activos que detém em carteira de uma forma célere e com o mínimo impacto material.
- Risco Fiscal
  - Uma alteração adversa do regime fiscal poderá diminuir a remuneração potencial dos activos fundo.
- Risco de conflitos de interesse
  - O Fundo poderá adquirir emissões de entidades que fazem parte do mesmo grupo económico da Sociedade Gestora, o qual tem o Banco Santander como entidade dominante.

#### **Gestão dos riscos materiais a que o Fundo se encontra exposto**

A gestão dos riscos está sob primeira responsabilidade da Administração da Santander Pensões a quem compete a definição da estratégia e do perfil de risco adequado. A aplicação concreta da estratégia definida e a manutenção da actividade dentro do perfil de risco, competem a diversas áreas e a todos os níveis da estrutura, tanto numa perspectiva global como dentro de cada área de actividade.

Foram aprovados em Comité de Riscos da Santander Pensões os seguintes manuais: Manual de Controlo de Crédito, Manual de Controlo de Riscos de Mercado e Performances, Manual de Controlo de Risco Operacional, onde estão descritos os métodos para mensurar os diferentes tipos de riscos, nomeadamente os seguintes:

Risco de Liquidez – É analisada a posição dos activos dos fundos distribuídos por classe de activos, ordenadas por critérios de liquidez, incorporando a informação sobre os activos não líquidos da carteira de acordo com o procedimento de controlo da liquidez das carteiras.

Performance & Benchmarking – É analisada a rentabilidade do Fundo e respectiva comparação com a concorrência.

Risco de Crédito – Estabelecimento e seguimento dos limites de crédito por contraparte, assim como do rating médio da carteira. São acompanhados eventuais excessos e definidas medidas correctivas, assim como a concentração do património por tipo de activos.



Risco de Mercado – É reportado o acréscimo de perda potencial máximo por uso de derivados nos fundos mobiliários vigiando por que todos os valores estejam dentro dos limites definidos e limites legais. É igualmente reportada e seguida a evolução da modified duration do fundo.

Risco Operacional - Análise do número de erros mensais e do impacto em custos devido a erros operacionais.

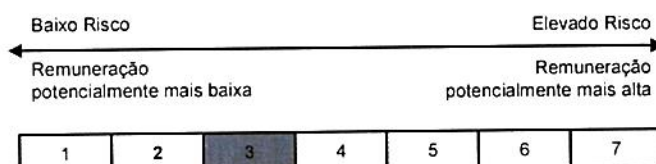
Risco Regulamentar – São reportados eventuais excessos e medidas de regularização, assim como a síntese de cumprimento das diversas obrigações legais e regulamentares que são acompanhadas detalhadamente no Comité de Compliance.

### Performance

Em 2014, a rentabilidade e o risco do Fundo foi a seguinte:

| Ano  | Rendibilidade | Risco* | Classe de Risco |
|------|---------------|--------|-----------------|
| 2010 | 3,93%         | 3,49%  | 3               |
| 2011 | -2,53%        | 6,27%  | 4               |
| 2012 | 6,13%         | 3,69%  | 3               |
| 2013 | 6,00%         | 3,54%  | 3               |
| 2014 | 5,92%         | 4,60%  | 3               |

*Nota: As rendibilidades divulgadas representam dados passados, não constituindo garantia de rentabilidade futura, porque o valor das unidades de participação pode aumentar ou diminuir em função do Indicador de Risco que varia entre 1 (risco mínimo) e 7 (risco máximo).*



### Comissões suportadas pelo Fundo e Participantes

Nos últimos 3 anos:

- Não houve alterações significativas ao nível dos custos suportados pelo Fundo nomeadamente custos de transacção, taxa de supervisão e custos com o Revisor Oficial de Contas;
- Não houve alterações significativas nas comissões suportadas pelo Fundo.

### Evolução dos activos sob gestão

O valor total da carteira do Fundo, à data de 31 de Dezembro de 2014, era de 661 894,73€.





**Valor da quota-parte do Fundo afecta**

O valor total da carteira do Fundo é afecto á Totta Urbe – Empresa de Administração e Construção, S.A em 62% e á Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros Vida, S.A em 38%.

**Valor actual das responsabilidades passadas**

O valor actual das responsabilidades passadas obtidas pelo cenário de financiamento era de 252 354€ por parte da Totta Urbe – Empresa de Administração e Construção, S.A.

**Nível de cobertura das responsabilidades passadas**

O nível de cobertura das responsabilidades passadas identificadas no ponto anterior era de 162,76% por parte da Totta Urbe – Empresa de Administração e Construção, S.A.

**Eventos relevantes do Exercício**

Para o período ocorrido entre o termo do exercício e o da elaboração do presente Relatório não existiu nenhum evento assinalável.

Lisboa, 19 de Março de 2015



## II - Demonstrações Financeiras

### 1. Demonstração da Posição Financeira

| Notas | Demonstração da Posição Financeira | 31.12.14       | 31.12.13       |
|-------|------------------------------------|----------------|----------------|
|       | <b>Activo</b>                      |                |                |
|       | <b>Investimentos</b>               |                |                |
| 5     | Obrigações de Entidades Privadas   | 50 688         | 51 540         |
| 5     | Títulos de Dívida Pública          | 321 858        | 241 906        |
| 5     | Fundos de Investimento Imobiliário | 41 769         | 41 189         |
| 5     | Fundos Investimento Mobiliário     | 188 109        | 169 113        |
| 5     | Acções                             | -              | -              |
|       | <b>Tesouraria</b>                  |                |                |
|       | Depósitos à Ordem                  | 55 384         | 96 102         |
|       | Outras aplicações                  | 6 372          | 9 970          |
|       | <b>Devedores Gerais</b>            |                |                |
|       | Outros Devedores                   | -              | 50             |
|       | <b>Acréscimos e Diferimentos</b>   |                |                |
| 7     | Juros a Receber                    | 5 621          | 3 226          |
|       | <b>Total Activo</b>                | <b>669 802</b> | <b>613 095</b> |
|       | <b>Passivo</b>                     |                |                |
|       | <b>Credores Gerais</b>             |                |                |
|       | Entidade Gestora                   | (1 308)        | (1 196)        |
|       | Estado                             | (600)          |                |
|       | <b>Acréscimos e Diferimentos</b>   |                |                |
|       | Outros acréscimos custos           | (6 000)        |                |
|       | <b>Total Passivo</b>               | <b>(7 907)</b> | <b>(1 196)</b> |
|       | <b>Valor do Fundo</b>              | <b>661 895</b> | <b>611 899</b> |
|       | <b>Valor do Fundo - Passivo</b>    | <b>669 802</b> | <b>613 095</b> |



## 2. Demonstração de Resultados

| Notas | Demonstração de Resultados           | 31.12.14      | 31.12.13      |
|-------|--------------------------------------|---------------|---------------|
|       | <b>Acréscimos no Valor do Fundo</b>  |               |               |
| 10    | Contribuições                        | 48 647        | 34 000        |
| 8     | Rendimentos de Aplicações            | 12 985        | 7 894         |
| 8     | Ganhos em Aplicações                 | 42 225        | 36 649        |
|       | Outras Receitas                      | -             | -             |
|       | <b>Decréscimos no Valor do Fundo</b> |               |               |
|       | Prémios Seguros                      | -             | -             |
| 11    | Pensões e Capitais Vencidos          | 34 086        | 34 086        |
| 9     | Comissões de Gestão e de Depósito    | 2 702         | 2 496         |
|       | Comissões de Mediação                | 278           | 9             |
| 8     | Perdas em Aplicações                 | 4 949         | 8 269         |
|       | Outras Despesas                      | 11 846        | 10            |
|       | <b>Resultado Líquido</b>             | <b>49 996</b> | <b>33 673</b> |



## 3. Demonstração de Fluxos de Caixa

|   | 2014            | 2013            |
|---|-----------------|-----------------|
| <b>Fluxos de caixa das actividades operacionais</b>                           |                 |                 |
| Contribuições   |                 |                 |
| Contribuições dos associados  | 48 647          | 34 000          |
| Contribuições dos participantes/beneficiários                                 |                 |                 |
| Transferências  |                 |                 |
| Pensões, capitais e prémios únicos vencidos                                   |                 |                 |
| Pensões pagas   | (34 086)        | (34 086)        |
| Prémios únicos para aquisição de rendas vitalícias                            |                 |                 |
| Capitais vencidos (Remições / vencimentos)                                    |                 |                 |
| Transferências  |                 |                 |
| Encargos inerentes ao pagamento de pensões e subsídios de morte               |                 |                 |
| Prémios de seguros de risco de invalidez ou morte                             |                 |                 |
| Indemnizações resultantes de seguros contratados pelo fundo                   |                 |                 |
| Participação nos resultados dos contratos de seguro emitidos em nome do fundo |                 |                 |
| Reembolsos fora das situações legalmente previstas                            |                 |                 |
| Devolução por excesso de financiamento  |                 |                 |
| Remunerações  |                 |                 |
| Remunerações de gestão  | (1 528)         | (1 430)         |
| Remunerações de depósito e guarda de títulos                                  | (500)           | (1 446)         |
| Outros rendimentos e ganhos   | 402             | 179             |
| Outras despesas   | (5 843)         |                 |
| <b>Fluxo de caixa líquido das actividades operacionais</b>                    | <b>7 093</b>    | <b>(2 784)</b>  |
| <b>Fluxos de caixa das actividades de investimento</b>                        |                 |                 |
| Recebimentos  |                 |                 |
| Alienação / reembolso dos investimentos                                       | 245 499         | 261 722         |
| Rendimentos dos investimentos   | 11 810          | 7 602           |
| Pagamentos  |                 |                 |
| Aquisição de investimentos  | (308 801)       | (299 131)       |
| Comissões de transacção e mediação  |                 |                 |
| Outros gastos com investimentos   |                 |                 |
| <b>Fluxo de caixa líquido das actividades de investimento</b>                 | <b>(51 493)</b> | <b>(29 807)</b> |
| <b>Variações de caixa e seus equivalentes</b>                                 | <b>(44 400)</b> | <b>(32 591)</b> |
| <b>Efeitos de alterações de taxa de câmbio</b>                                | <b>-</b>        | <b>-</b>        |
| <b>Caixa no início do período de reporte</b>                                  | <b>106 156</b>  | <b>138 747</b>  |
| <b>Caixa no fim do período de reporte</b>                                     | <b>61 756</b>   | <b>106 156</b>  |



### III - Anexo à Demonstração da posição financeira e Demonstração de resultados

#### 1. Identificação do Fundo, Associado(s), Adesões Colectivas e Entidade(s) Gestora(s)

O Fundo de Pensões Aberto Reforma Empresa, adiante designado por Fundo, foi constituído em 5 de Novembro de 1996 e tem como Sociedade Gestora o Santander Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA.

O Fundo é aberto, com duração indeterminada e é exclusivamente afecto à realização de planos de pensões e ao qual apenas é permitida a adesão colectiva.

Actualmente, as adesões colectivas em vigor são: Totta Urbe - Empresa de Administração e Construção, SA e Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, SA), cujas condições passamos a descrever resumidamente de seguida:

- Santander Totta Seguros: O Plano de Pensões da Santander Totta Seguros encontra-se consubstanciado no Contrato Colectivo de Trabalho (CCT) da actividade seguradora publicada no Boletim de Trabalho e Emprego – 1ª Série – nº2 15 de Janeiro de 2013, abrangendo apenas os trabalhadores do Associado que se encontrem previstas no referido CCT, o qual passou, a partir da data de entrada em vigor (acima mencionada) a ser constituído sob a forma de Contribuição definida.
- Totta Urbe: O Plano de Pensões Totta Urbe não se encontra consubstanciado em nenhum contrato colectivo. Este Plano de Pensões não prevê contribuições dos participantes. Ao abrigo deste Plano são atribuídas, à generalidade dos colaboradores no activo, pensões de reforma por velhice. As principais regras que regem o Fundo são as seguintes:
  - *Elegibilidade: Todos os colaboradores efectivos;*
  - *Salário pensionável: Salário final à data de reforma ou a mais alta qualificação atingida;*
  - *Tempo de serviço pensionável: Número completo de anos e meses ao serviço da Empresa até à data de reforma;*
  - *Idade normal de reforma: Idade legal de reforma estipulada pela Segurança Social;*

#### 2. Alterações ocorridas em 2014

No exercício de 2014 foram formalizadas alterações às adesões colectivas por parte do associado Totta Urbe (nomeadamente no que respeita à especificação do universo dos trabalhadores abrangidos pelo plano de pensões) e do associado Totta Seguros através da



alteração integral ao contrato de adesão colectiva, tendo por base as alterações ao CCT da actividade seguradora publicado no BTE nº2 de 15 de Janeiro de 2012, que prevê a atribuição de uma contribuição inicial aos trabalhadores no activo a 1 de Janeiro de 2012 que estavam abrangidos pelo anterior CCT.

### **3. Políticas Contabilísticas utilizadas na preparação das Demonstrações Financeiras**

A contabilização dos valores do Fundo de Pensões observa o disposto na Norma Regulamentar n.º 12/95 - R de 6 de Julho de 1995 da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões com as alterações introduzidas pelas Normas Regulamentares 12/2002 - R de 7 de Maio de 2002, 8/2002 - R de 7 de Maio de 2002, 10/2002 - R de 7 Maio de 2002 e 7/2007 – R de 17 de Maio de 2007, as quais prevêem os princípios contabilísticos, dentre os quais se destacam os seguintes:

- Os valores contabilizados em Acréscimos e Decréscimos ao valor do Fundo correspondem às operações verificadas no período que decorre entre duas datas aniversarias consecutivas, que correspondem a 31 de Dezembro de cada ano.
- Os saldos das contas de Acréscimos e Decréscimos ao valor do Fundo são transferidos para a conta Valor do Fundo na data aniversaria;
- As contribuições a contabilizar na respectiva conta de Acréscimos ao valor do Fundo devem ser as efectivamente recebidas;
- Os juros de títulos de rendimento fixo adquiridos, mas não recebidos, são especializados a cada fecho de carteira;
- Não são contabilizados como rendimentos os juros cujo recebimento seja considerado duvidoso, assim como quaisquer juros já vencidos cujo pagamento se encontre suspenso;
- A contabilização dos ganhos e perdas resultantes da alienação ou reembolso ou da avaliação das aplicações é efectuada pela diferença entre o produto da venda do investimento ou da sua cotação, e o valor pelo qual se encontra contabilizado. Estas operações são registadas nas rubricas Acréscimos e Decréscimos ao valor do Fundo. Para efeitos da determinação do custo dos títulos vendidos é utilizado o critério Custo médio ponderado.

#### **Carteira de títulos**

As compras de títulos são registadas na data da transacção, pelo valor efectivo de aquisição.

A avaliação dos activos que compõem o património do Fundo respeita o previsto na Norma Regulamentar n.º 9/2007 – R de 28 de Junho de 2007, emitida pela Autoridade de



Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, a qual estabelece os critérios valorimétricos ou de avaliação dos referidos activos:

- Os activos que se encontrem admitidos à negociação em bolsas de valores ou em mercados regulamentados são avaliados tendo por base o respectivo preço de mercado, correspondente (a) à cotação de fecho ou ao preço de referência divulgado pela instituição gestora do mercado financeiro em que se encontrem admitidos à negociação ou (b) à cotação de fecho do mercado que apresente maior liquidez caso estejam admitidos em mais do que uma bolsa de valores ou mercado regulamentar. Caso estes activos não tenham sido transaccionados por período de 30 dias, apresentem reduzida liquidez, ou cujas condições económicas se tenham alterado desde a última transacção efectuada, são equiparados a activos não admitidos à cotação, sendo avaliados como se descreve de seguida.
- Os activos que não se encontrem admitidos à negociação em bolsas de valores ou em mercados regulamentados são avaliados pela aplicação da seguinte sequência de prioridades: (a) o valor das ofertas de compra difundidas para o mercado por meios de informação especializados, caso essas ofertas sejam representativas, (b) metodologias baseadas na informação disponível relativamente a preços de mercado de activos cujos fluxos financeiros subjacentes sejam similares, que tenham risco de crédito semelhante, sejam oriundos do mesmo sector económico e da mesma zona geográfica e que produzam resultados semelhantes perante mudanças nas condições de mercado e (c) modelos de avaliação universalmente aceites nos mercados financeiros, baseados na análise fundamental e na metodologia do desconto dos fluxos financeiros subjacentes.
- Os valores representativos de dívida não cotados ou cujas cotações não sejam consideradas representativas do seu presumível valor de realização, são valorizados com base na cotação que no entender da Sociedade Gestora melhor reflecta o seu presumível valor de realização. Essa cotação será procurada em sistemas internacionais de informação de cotações tais como o Financial Times Interactive Data, o ISMA – International Securities Market Association, a Bloomberg, a Reuters ou outros que sejam considerados credíveis pela Sociedade Gestora. Alternativamente, a cotação pode ser obtida junto de market makers da escolha da Sociedade Gestora.

#### **Operações com contratos de “Futuros”**

As posições abertas em contratos de futuros são valorizadas periodicamente com base nas cotações de mercado, sendo os lucros e prejuízos, realizados ou potenciais, reconhecidos como proveito ou custo nas rubricas “Ganhos ou Perdas em operações financeiras”.

A margem inicial é registada na rubrica “Outras contas de devedores”. Os ajustamentos de cotações são registados diariamente em contas de acréscimos e diferimentos do activo ou do passivo e transferidos no dia seguinte para a conta de depósitos à ordem associada.



### **Operações em moeda estrangeira**

Os activos em moeda estrangeira são convertidos para euros com base no câmbio indicativo divulgado pelo Banco de Portugal na data de encerramento do balanço, sendo os ganhos e perdas resultantes da reavaliação cambial registados como proveitos e custos do exercício, respectivamente.

#### **4. Regime Fiscal**

Os rendimentos de Fundos de Pensões são isentos de IRC e imposto municipal sobre transacções, conforme definido pelo Art.º 16.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais. Nas situações em que ocorre retenção na fonte de IRC, as entidades isentas devem:

- Tratando-se de operações de compra e venda de obrigações, devem ser registadas individualmente, operação a operação, numa conta corrente com o Estado, em que se releve a débito o imposto retido na fonte por terceiros sobre os juros decorridos das obrigações adquiridas e a crédito o imposto retido pela entidade isenta sobre os juros decorridos das obrigações alienadas. O saldo desta conta será regularizado trimestralmente mediante a sua entrega ao Estado, quando credor, ou compensado, quando devedor, nas entregas do imposto retido a efectuar pela entidade isenta nos períodos subsequentes;
- Tratando-se de IRC relativo a Unidades de Participação em Fundos de Investimento Mobiliário, a entidade isenta deve registar em rubrica própria, a débito, o valor do imposto correspondente ao número de Unidades de Participação detidas, por contrapartida da rubrica Receitas de avaliação e alienação de aplicações. O saldo a débito será regularizado aquando do pagamento dos rendimentos respeitantes a estas Unidades de Participação.

#### **5. Inventário dos Investimentos**

A carteira do Fundo é composta e 31 de Dezembro de 2014 por Obrigações (que representam cerca de 62% da carteira) e Unidades de Participação, num total de investimentos de 602 425 euros. Foram ainda registados juros decorridos de obrigações no valor de 5 556 euros. A carteira de investimentos em activos a esta data decompõe-se da seguinte forma:





| Descrição dos títulos                     | Preço Aquisição | Mais Valia    | Menos Valia     | Valor Carteira | Juros Decorridos |
|---|-----------------|---------------|-----------------|----------------|------------------|
| <b>OBRIGAÇÕES</b>                         |                 |               |                 |                |                  |
| <b>Títulos de Dívida Pública</b>          |                 |               |                 |                |                  |
| PGB 4.45% 15/06/2018                      | 10 476          | 2 823         | -               | 13 299         | 293              |
| PGB 4.2% 15/10/2016                       | 42 808          | 1 962         | -               | 44 770         | 377              |
| PGB5 5.65% 15/2/24                        | 39 951          | 9 486         | -               | 49 437         | 1 981            |
| PORTB 0% 20/3/15                          | 29 333          | 655           | -               | 29 988         | -                |
| OT 3.35% 10/15/15                         | 39 144          | 1 820         | -               | 40 964         | 286              |
| SPGB 4,3% 31/10/19                        | 57 996          | -             | (240)           | 57 757         | 365              |
| SPGB 3,8% 30/4/24                         | 24 910          | 5 022         | -               | 29 931         | 640              |
| BTPS 4.5% 1/2/18                          | 56 110          | -             | (398)           | 55 713         | 935              |
|   | <b>300 728</b>  | <b>21 768</b> | <b>(637)</b>    | <b>321 858</b> | <b>4 878</b>     |
| <b>Obrigações de Entidades Privadas</b>   |                 |               |                 |                |                  |
| BNP 2.875% 13/07/15                       | 49 783          | 906           | -               | 50 688         | 677              |
|   | 49 783          | 906           | -               | 50 688         | 677              |
| <b>Total Obrigações</b>                   | <b>350 510</b>  | <b>22 673</b> | <b>(637)</b>    | <b>372 546</b> | <b>5 556</b>     |
| <b>UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO</b>           |                 |               |                 |                |                  |
| <b>Fundos Investimento Mobiliário</b>     |                 |               |                 |                |                  |
| Sant.Acções Europa                        | 20 172          | -             | (4 967)         | 15 205         | -                |
| Sant.Acções América                       | 41 882          | 16 155        | -               | 58 037         | -                |
| Sant.Acções Portugal                      | 5 571           | 1 146         | -               | 6 717          | -                |
| Alken Fd- Eur Opp- R                      | 15 000          | 8 618         | -               | 23 618         | -                |
| BGF-€ Mark Fund-€D2                       | 7 000           | 1 992         | -               | 8 992          | -                |
| INVESCO-BL RISK AL-C                      | 15 006          | 1 616         | -               | 16 622         | -                |
| ISHARES SP500 ETF \$                      | 9 373           | 1 143         | -               | 10 516         | -                |
| Lyxor ETF € Stoxx 50                      | 24 614          | 5 700         | -               | 30 314         | -                |
| AMUNDI ETF S&P 500                        | 7 138           | 332           | -               | 7 470          | -                |
| SPDR TRUST SERIES 1                       | 6 842           | 3 776         | -               | 10 619         | -                |
| Lux Invest Plus - B                       | 10 000          | -             | (10 000)        | -              | -                |
|   | <b>162 598</b>  | <b>40 478</b> | <b>(14 967)</b> | <b>188 109</b> | <b>-</b>         |
| <b>Fundos de Investimento Imobiliário</b> |                 |               |                 |                |                  |
| FII - Imosocial                           | 18 689          | 4 113         | -               | 22 803         | -                |
| FIIIF Imosaúde                            | 1 707           | 383           | -               | 2 090          | -                |
| Fundo Lusimovest                          | 15 487          | 2 068         | (678)           | 16 876         | -                |
|   | <b>35 883</b>   | <b>6 564</b>  | <b>(678)</b>    | <b>41 769</b>  | <b>-</b>         |
| <b>Total Unidades de Participação</b>     | <b>198 482</b>  | <b>47 042</b> | <b>(15 645)</b> | <b>229 878</b> | <b>-</b>         |
| <b>Total Carteira de Títulos</b>          | <b>548 992</b>  | <b>69 715</b> | <b>(16 282)</b> | <b>602 425</b> | <b>5 556</b>     |

O valor apresentado correspondente às mais e menos valias potenciais dos títulos em carteira respeitam ao seu apuramento desde a data de aquisição dos mesmos.

## 6. Riscos associados à carteira de investimentos

### Exposição e Origem do Risco

- Risco de Rendimento

- O Fundo não apresenta garantia de rentabilidade;
- O Fundo está sujeito ao risco associado aos activos que integram a sua carteira, variando o seu valor em função desse facto. O Fundo está sujeito, na sua componente obrigacionista, ao risco de taxa de juro de curto e de longo prazo. Adicionalmente o fundo está sujeito ao risco de crédito e financeiro.

*Relato Financeiro referente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2014*



- 
- Risco de Crédito
    - Como risco de crédito entende-se a capacidade financeira dos emitentes das obrigações que integram o património do Fundo para satisfazer os compromissos financeiros daí decorrentes.
  
  - Risco de Taxa de Juro
    - Os preços das obrigações que integram a carteira do fundo variam em sentido contrário ao da variação das taxas de juro. Desta forma, caso se verifique uma subida das taxas de juro, os preços das obrigações detidas pelo fundo sofrerão uma desvalorização e o valor do Fundo registará uma diminuição, tendo no entanto um efeito positivo na remuneração do reinvestimento do cupão. Inversamente, uma descida das taxas de juro determinará uma valorização das obrigações e conseqüentemente do Fundo.
  
  - Risco Financeiro
    - Como risco financeiro entende-se: risco de variação de preços dos activos que compõem a carteira; risco de variação das taxas de juro de curto prazo ou de longo prazo que se traduz em risco de reinvestimento dos fundos em cada momento aplicados; risco de flutuações cambiais, que se traduz em alterações no valor das posições em moeda estrangeira, quando convertidas em euros.
  
  - Risco Liquidez
    - Entenda-se como liquidez não o nível de cash que os fundos devem ter, mas sim a capacidade do Fundo em vender os activos que detém em carteira de uma forma célere e com o mínimo impacto material.
  
  - Risco Fiscal
    - Uma alteração adversa do regime fiscal poderá diminuir a remuneração potencial dos activos fundo.
  
  - Risco de conflitos de interesse
    - O Fundo poderá adquirir emissões de entidades que fazem parte do mesmo grupo económico da Sociedade Gestora, o qual tem o Banco Santander como entidade dominante.



## **Objectivos, Políticas e Procedimentos de Gestão de Risco. Métodos de Mensuração de Risco**

A gestão dos riscos está sob primeira responsabilidade da Administração da Santander Pensões a quem compete a definição da estratégia e do perfil de risco adequado. A aplicação concreta da estratégia definida e a manutenção da actividade dentro do perfil de risco, competem a diversas áreas e a todos os níveis da estrutura, tanto numa perspectiva global como dentro de cada área de actividade.

Foram aprovados em Comité de Riscos da Santander Pensões os seguintes manuais: Manual de Controlo de Crédito, Manual de Controlo de Riscos de Mercado e Performances, Manual de Controlo de Risco Operacional, onde estão descritos os métodos para mensurar os diferentes tipos de riscos, nomeadamente os seguintes:

- Risco de Liquidez – É analisada a posição dos activos dos fundos distribuídos por classe de activos, ordenadas por critérios de liquidez, incorporando a informação sobre os activos não líquidos da carteira de acordo com o procedimento de controlo da liquidez das carteiras.
- Performance & Benchmarking – É analisada a rendibilidade do Fundo e respectiva comparação com a concorrência.
- Risco de Crédito – Estabelecimento e seguimento dos limites de crédito por contraparte, assim como do rating médio da carteira. São acompanhados eventuais excessos e definidas medidas correctivas, assim como a concentração do património por tipo de activos.
- Risco de Mercado – É reportado o acréscimo de perda potencial máximo por uso de derivados nos fundos mobiliários vigiando por que todos os valores estejam dentro dos limites definidos e limites legais. É igualmente reportada e seguida a evolução da *modified duration* do fundo.
- Risco Operacional - Análise do número de erros mensais e do impacto em custos devido a erros operacionais.
- Risco Regulamentar – São reportados eventuais excessos e medidas de regularização, assim como a síntese de cumprimento das diversas obrigações legais e regulamentares que são acompanhadas detalhadamente no Comité de Compliance.

### **Análise de sensibilidade**

Com base na carteira a 31 de Dezembro de 2014 fomos calcular o impacto, medido em pontos base (pb), no valor do Fundo das seguintes variações de mercado:

*Relato Financeiro referente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2014*



- Variações de 15% na taxa de câmbio EUR/USD;
- Variações de 30% no mercado accionista;
- Variações de 10% no mercado imobiliário;
- Variações de 100 pb nos spreads de crédito;
- Variações paralelas de 100 pb na curva de rendimentos.

Os resultados obtidos foram os seguintes:

| Impacto no Fundo | Alteração Taxa de câmbio EUR/ USD |      | Alteração Preço Acções |       | Alteração Preço Mercado Imobiliário |      | Alteração Spreads Crédito |          | Deslocação Paralela Taxas de Juro |          |
|------------------|-----------------------------------|------|------------------------|-------|-------------------------------------|------|---------------------------|----------|-----------------------------------|----------|
|                  | 15%                               | -15% | 30%                    | -30%  | 10%                                 | -10% | 100 pb                    | (100) pb | 100 pb                            | (100) pb |
|                  | 2014                              | (65) | 65                     | 777   | (777)                               | 60   | (60)                      | -        | -                                 | (132)    |
| 2013             | (53)                              | 53   | 697                    | (697) | 64                                  | (64) | -                         | -        | (104)                             | 104      |

## 7. Acréscimos e diferimentos

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição em 31 de Dezembro de 2014 e 31 de Dezembro de 2013:

| Descrição                 |        | 31.12.14     | 31.12.13     |
|---------------------------|--------|--------------|--------------|
| Juros Carteira de títulos | Nota 5 | 5 556        | 3 181        |
| Depositos à ordem         |        | -            | 7            |
| Kick Backs                |        | 65           | 39           |
| <b>TOTAL</b>              |        | <b>5 621</b> | <b>3 226</b> |

## 8. Rendimentos - Gastos e Ganhos - Perdas

Os quadros seguintes sintetizam, por categoria de investimento, os Rendimentos e Gastos e os Ganhos e Perdas reconhecidos durante o ano 2014.

| Rendimentos e Ganhos     | Ganhos        |              | Rendimentos   | 31.12.14      | 31.12.13      |
|--------------------------|---------------|--------------|---------------|---------------|---------------|
|                          | Mais Valia    |              |               |               |               |
|                          | Potencial     | Realizada    |               |               |               |
| Acções                   | -             | -            | -             | -             | -             |
| Imóveis                  | -             | -            | -             | -             | -             |
| Títulos de dívida        | 19 539        | 631          | 10 374        | 30 543        | 10 865        |
| Depósitos                |               |              | 3             | 3             | 16            |
| Papel Comercial          |               |              | -             | -             | -             |
| Derivados                |               | 4 391        | -             | 4 391         | 484           |
| Unidades de Participação | 17 008        | 656          | 2 608         | 20 271        | 33 172        |
| Outros                   | -             | -            | -             | -             | 5             |
| <b>Total</b>             | <b>36 546</b> | <b>5 678</b> | <b>12 985</b> | <b>55 210</b> | <b>44 543</b> |



| Gastos e Perdas          | Perdas       |              | Gastos   | 31.12.14     | 31.12.13     |
|--------------------------|--------------|--------------|----------|--------------|--------------|
|                          | Menos Valia  |              |          |              |              |
|                          | Potencial    | Realizada    |          |              |              |
| Acções                   | -            | -            | -        | -            | -            |
| Imóveis                  | -            | -            | -        | -            | -            |
| Titulos de dívida        | 1 489        | 1 018        | -        | 2 506        | 2 701        |
| Depósitos                | -            | -            | -        | -            | -            |
| Papel Comercial          | -            | -            | -        | -            | -            |
| Derivados                | -            | 812          | -        | 812          | 948          |
| Unidades de Participação | 1 631        | -            | -        | 1 631        | 3 738        |
| Outros                   | -            | -            | -        | -            | 882          |
| <b>Total</b>             | <b>3 120</b> | <b>1 830</b> | <b>-</b> | <b>4 949</b> | <b>8 269</b> |

### 9. Comissões

Nos termos do Regulamento de Gestão do Fundo, cabe a este o encargo da entrega das comissões definidas no respectivo Regulamento de Gestão do Fundo.

Assim, o quadro seguinte sintetiza o total das comissões pagas durante o exercício de 2014, bem como o método de cálculo definido no respectivo regulamento.

| Comissão     | 31.12.14     | 31.12.13     | Método de Cálculo                                  |
|--------------|--------------|--------------|--|
| Gestão       | 1 553        | 1 452        | 0,021% (anual) do valor do Fundo, paga mensalmente |
| Depósito     | 1 149        | 1 044        | 0,015% (anual) do valor do Fundo, paga mensalmente |
| <b>TOTAL</b> | <b>2 702</b> | <b>2 496</b> |  |

### 10. Contribuições

No exercício de 2014 foram transferidos para o Fundo, a título de contribuições, o montante global de 48 647 euros, o que representa um acréscimo de cerca de 14 647 euros face ao registado no exercício anterior, conforme se apresenta:

| Contribuições            | 31.12.14      | 31.12.13      |
|--------------------------|---------------|---------------|
| Contribuições Associados |               |               |
| Totta Urbe               | 35 000        | 34 000        |
| Santander Totta Seguros  | 13 647        | -             |
| <b>Total</b>             | <b>48 647</b> | <b>34 000</b> |

### 11. Benefícios Pagos

Foram pagos benefícios no valor de 34 086 euros, montante idêntico ao registado no período findo em 31 de Dezembro de 2013. As pensões foram processadas e pagas mensalmente (2 662 euros).



---

por mês correspondentes a 13 meses de benefícios), sendo o valor das mesmas, constante ao longo do exercício.



**IV - Certificação Legal das Contas**

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras do **Fundo de Pensões Aberto Reforma Empresa**, gerido pela Santander Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA, as quais compreendem a Demonstração da posição financeira em 31 de Dezembro de 2014 (que evidencia um total de activo de 669 802 euros, um valor do Fundo de 661 895 euros e um resultado líquido de 49 996 euros), a Demonstração de resultados e a Demonstração de fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

### RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade da Administração da sociedade gestora Santander Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA:
  - a preparação de demonstrações financeiras de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os Fundos de Pensões e com as Normas emitidas pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Fundo, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa;
  - a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados, atentas as especificidades dos Fundos de Pensões;
  - a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado;
  - o adequado cumprimento das Normas Regulamentares aplicáveis a Fundos de Pensões, emitidas pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões; e
  - a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.
3. A nossa responsabilidade consiste em emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.



## ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
  - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Administração da sociedade gestora, utilizadas na sua preparação;
  - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação;
  - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;
  - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e
  - a verificação do adequado cumprimento das Normas Regulamentares aplicáveis aos Fundos de Pensões, emitidas pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.
5. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

## OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do **Fundo de Pensões Aberto Reforma Empresa**, gerido pela sociedade gestora Santander Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA, em 31 de Dezembro de 2014, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa do exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os Fundos de Pensões e com as Normas da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

## RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

8. É também nossa opinião que a informação constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 20 de Março de 2015

---

**MAZARS & ASSOCIADOS, SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, SA**

Representada pelo Dr. Henrique José Marto Oliveira - ROC nº 961